Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Aplicação das Normas

NOTA INFORMATIVA Nº 342/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Possibilidade de designação de Função Comissionada Técnica a Analista de Infraestrutura.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo encaminhado a este órgão central do SIPEC pelo Ministério de Minas e Energia - MME, com o escopo de obter análise relativa à possibilidade de servidor ocupante do cargo de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, ser designado à ocupação de Função Comissionada Técnica de que dispõe a citada Pasta Ministerial.

2. Análise jurídica empreendida pela Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia consonante com a legislação de pessoal, aplicável à designação de FCT que, de fato, não pode ser concedida a servidor ocupante do cargo de analista de infraestrutura.

3. Com esta informação, retorne-se o processo ao MME, oportunidade em que se reitera que, segundo o que dispõe a ON 7, de 2012 a recepção de consultas pelo órgão central do SIPEC está condicionada à existência de dúvida quanto à aplicação da legislação, o que não se verifica no presente caso.

INFORMAÇÕES

4. Iniciaram-se os autos por intermédio do Ofício nº 593/2014-GM-MME, de 24 de outubro de 2014, em que a Secretaria Executiva do MME questionou sobre a possibilidade de designação de FCT a analista de infraestrutura, justificando que “(...) o Gabinete do Ministro tem sido consultado pelos Secretários das áreas finalísticas desta Pasta, sobre a designação desses servidores para ocuparem Funções Comissionadas Técnicas nas suas respectivas áreas de atuação, observado o grau de responsabilidade e desempenho (...)”.

5. Recebido o requerimento, em razão do que dispõe a ON 7, de 2012, que estabeleceu requisitos para a recepção de consultas neste órgão central do SIPEC, entendeu-se por bem, em Despacho nº 1075/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, fl. 5, encaminhar os autos ao MME para a indispensável adequação aos termos do normativo em questão.

6. Feito isso pelo órgão setorial responsável, **que concluiu pela impossibilidade da designação aventada**, nos termos da Nota Técnica nº

6/2014/CGRH/SPOA-MME, foram os autos encaminhados pelo Gabinete do Ministro daquela Pasta à Consultoria Jurídica do MME, em Despacho de fl. 18.

7. A CONJUR, por sua vez, se manifestou nos termos da ementa que ora se transcreve:

- I. Administrativo. Designação de ocupante de cargo de Analista de Infraestrutura para Função Comissionada Técnica – FCT.
- II. Inviabilidade legal. Ausência de previsão na MP nº 2229-43/2001 e na Lei nº 11.539/2007 e respectivos regulamentos.
- III. Cargo de Analista de Infraestrutura instituído após a criação das Funções Comissionadas Técnicas – FCT’s. Recomendo a oitiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Gestor e Supervisor da carreira de Analista de Infraestrutura e de gestor dos sistemas de pessoal civil e ações de organização e modernização administrativa.

8. Este, o conciso relatório.

9. De saída, relevante anotar que a oitiva da Secretaria de Gestão Pública no referido processo, ainda que sugerida pela CONJUR/MME não se afiguraria necessária, posto que resta inequívoco das duas manifestações constantes do processo, uma técnica, da CGRH/MME, e outra jurídica, da CONJUR/MME que, da leitura da legislação que rege a FCT, essa não pode ser designada ao servidor ocupante do cargo de analista de infraestrutura. Isso significa dizer que, se não resta dúvida quanto à aplicação da legislação, desnecessário o encaminhamento ao órgão central.

10. Todavia, tendo sido encaminhado, a respeito da matéria, em absoluta concordância com as unidades que se manifestaram preteritamente, tem-se a adicionar que as FCT’s foram criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo art. 58 da Medida Provisória nº 229-43/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4941, de 29 de dezembro de 2003, funções essas vinculadas a atividades essencialmente técnicas, analisadas de acordo com o grau de responsabilidade e complexidade exigidas, as quais somente podem ser designadas a servidores de cargos efetivos no anexo V da Lei nº 9.367, de 1996, **que não tenham sido estruturados em carreiras.**

11. Isso significa dizer que, ainda que estejam sendo executadas tarefas pelos analistas de infraestrutura, tecnicamente compatíveis com a designação para Funções Comissionadas Técnicas, diante da intransponível ausência de previsão legal, tais funções não podem ser a esses servidores cometidas.

12. Lembre-se que a atuação da Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade que, neste caso específico, tal como acertadamente anotado pela CONJUR/MME, impõe **afirmar pela impossibilidade de estender o rol taxativo de cargos para o qual há autorização legislativa de designação de FCT.**

13. Isto posto, haja vista a conclusão pela impossibilidade da designação pleiteada, sugere-se a submissão desta Nota Informativa à avaliação das autoridades superiores deste órgão central do SIPEC as quais, se concordarem, podem encaminhar finalmente os autos ao MME para conhecimento e providências decorrentes deste entendimento técnico.

Brasília, 16 de dezembro 2014.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'ÁVILA
Coordenadora-Geral de Aplicação das Normas

De acordo. À Senhora Secretária de Gestão Pública para aprovação, com sugestão de encaminhamento ao MME.

Brasília, 16 de dezembro 2014.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal

Aprovo. Encaminhe-se conforme proposto.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO
Secretária de Gestão Pública